

## COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Valores expressos em milhares de Reais)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Tecidos Santanense ("Companhia") é uma companhia aberta, cujas ações são negociadas na BM&FBOVESPA sob as siglas "CTSA3" e "CTSA4" e é sediada em Montes Claros, MG. A Companhia e sua controlada têm por objetivo social a indústria têxtil; atividades afins; confecção e comercialização de produtos do vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPI, destinados à segurança do trabalho; a exportação e importação de produtos ligados à sua finalidade, podendo participar do capital de outras empresas e adquirir títulos negociáveis no mercado de capitais.

#### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 26 de março de 2012.

Conforme determinado pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e legislação societária, a Companhia apresenta suas demonstrações financeiras consolidadas, elaboradas, simultaneamente, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB"), bem como as práticas contábeis adotadas no Brasil e estão identificadas como "Consolidado".

As demonstrações financeiras da controladora foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") aprovados pela CVM e estão identificadas como "Controladora". Essas práticas diferem das IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins das IFRS os investimentos seriam avaliados pelo custo ou pelo valor justo.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentadas para fins de comparação, podem conter reclassificações, quando aplicável, para melhoria da informação e comparabilidade.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pela CVM que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011.

##### 2.1 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

###### a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência

patrimonial são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de sua controlada a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido.

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

#### b) Conversão dos saldos

Os resultados e a posição financeira da controlada incluída no consolidado possui moeda funcional diferente da moeda de apresentação e são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

- i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas;
- ii) as contas de resultado são convertidas pela taxa mensal do câmbio; e
- iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica “Ajuste acumulado de conversão” e são apresentadas como outros resultados abrangentes na demonstração do resultado abrangente.

## 2.2 – Práticas contábeis

Os principais critérios adotados na elaboração das demonstrações financeiras são como segue:

(a) Apuração do resultado--O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado. Os ganhos e perdas extraordinários e as transações e provisões que envolvem ativos permanentes são registradas em lucros e perdas como “Outras, líquidas”.

(b) Instrumentos financeiros não derivativos--Os instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis de curto e longo prazo, empréstimos e financiamentos, fornecedores, outras contas a pagar além de outros instrumentos de dívida e patrimônio. Os instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados a cada data de balanço, de acordo com a sua classificação, que é definida no reconhecimento inicial com base nos propósitos para os quais foram adquiridos ou emitidos.

Os instrumentos financeiros classificados no ativo se enquadram na categoria de “Empréstimos e recebíveis” e juntamente com os passivos financeiros, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

A Companhia não possui ativos financeiros não derivativos, classificados nas seguintes categorias: (i) mantidos para negociação; (ii) mantidos até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda. Também não possui passivos financeiros não derivativos classificados na categoria “Valor justo por meio do resultado”.

(c) Instrumentos financeiros derivativos--Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, posteriormente, a variação de seu valor justo é registrada no resultado, exceto quando há designação do derivativo para hedge de fluxo de caixa, que deverá seguir o método de contabilização descrita para hedge de fluxo de caixa.

O instrumento financeiro derivativo é classificado como hedge de fluxo de caixa quando objetiva proteger a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que sejam atribuíveis tanto a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido quanto a uma operação altamente provável de se realizar ou ao risco de taxa de câmbio de um compromisso firme não reconhecido.

No início da contratação de um derivativo destinado para hedge, a Companhia designa e documenta formalmente o item objeto de hedge, assim como o objetivo da política de risco e a estratégia da transação de hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de cobertura, o item ou transação a ser protegida, a natureza do risco a ser protegido e como a entidade vai avaliar a efetividade do instrumento de hedge na compensação da exposição a variações no valor justo do item coberto ou dos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto. O objetivo é que tais instrumentos de hedges sejam efetivos para compensar as alterações no valor justo ou fluxos de caixa e são avaliados em uma base contínua para determinar se eles realmente têm sido efetivos durante todo o período para os quais foram designados.

A parcela efetiva do ganho ou perda na variação do valor justo do instrumento de hedge é reconhecida diretamente no patrimônio líquido, enquanto qualquer parcela inefetiva é imediatamente reconhecida como receita ou despesa financeira no resultado do período.

Os montantes classificados no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial são alocados ao resultado a cada período em que o item objeto do hedge afetar o resultado, retificando o valor da despesa objeto do hedge.

Se o compromisso firme não tiver mais expectativa de ocorrer, os montantes anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são alocados para o resultado. Se o instrumento de cobertura de hedge expira ou é vendido, finalizado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua designação como um hedge é revogado, os montantes anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são alocados ao resultado.

(d) Caixa e equivalentes de caixa--Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e as aplicações financeiras. Possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

(e) Contas a receber de clientes e créditos de liquidação duvidosa--As contas a receber de clientes são apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída com base em análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente pela Administração

para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. As contas a receber de longo prazo são ajustadas a valor presente com base nas taxas de juros de mercado ou nas taxas de juros da transação e as de curto prazo quando os efeitos são relevantes. As contas a receber de clientes são classificadas como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado.

(f) Estoques--São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção que são inferiores aos valores de realização líquida e estão demonstrados líquidos da provisão para perdas com itens descontinuados e ou obsoletos. Os valores de realização líquida são os preços estimados de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão de fabricação e despesas de vendas diretamente relacionadas.

(g) Investimentos--O investimento em controlada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado pela investida na mesma data-base da controladora. O valor do patrimônio líquido da controlada sediada no exterior é convertido para Reais com base na taxa corrente de sua moeda funcional e a variação cambial apurada é registrada na conta de "Ajuste acumulado de conversão" no patrimônio líquido e também apresentado como "Outros resultados abrangentes" na demonstração do resultado abrangente.

(h) Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos--São reconhecidos como despesas quando incorridos.

(i) Imobilizado--Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos.

A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

	Vida útil
Edifícios	40 anos
Instalações	15 anos
Equipamentos	15 anos
Usina hidroelétrica (PCHs)	15 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Outros	10 a 15 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da Companhia pelo menos ao final de cada exercício.

(j) Intangível--Refere-se a marcas adquiridas. Os ativos intangíveis com vida útil determinada são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado. Os ativos intangíveis cuja vida útil não se pode determinar são avaliados pelo seu valor recuperável anualmente ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação.

(k) Avaliação do valor recuperável dos ativos--Os bens do imobilizado, os intangíveis e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente, ou sempre que as circunstâncias indicarem que seu valor contábil não seja recuperável. As perdas decorrentes desta avaliação, quando existentes, são reconhecidas no resultado do período.

(l) Imóveis destinados à venda--São classificados como destinados à venda os imóveis que não são mais necessários para uso ou expansão da Companhia e que foram colocados à venda. São mensurados pelo seu valor justo menos despesas de venda, quando este for menor do que os valores residuais contábeis.

(m) Imposto de renda e contribuição social--A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de aproximadamente 34% sobre o resultado tributável e registrada líquida da parcela relativa à redução do imposto de renda. O saldo da provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no período, se aplicável. Para a controlada sediada no exterior, a alíquota de imposto é de 35%.

(n) Imposto de renda e contribuição social diferidos--São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias decorrentes de provisões registradas contabilmente, que, de acordo com as regras fiscais existentes, serão dedutíveis ou tributáveis somente quando realizadas. Somente é reconhecido um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos quando há expectativa de lucro tributável futuro.

(o) Provisões diversas--É constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. Os depósitos judiciais relativos às provisões estão apresentados no ativo não circulante.

(p) Lucro básico e diluído por ação--O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do período atribuído aos acionistas da companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação para presumir a conversão de ações potenciais a serem emitidas. A Companhia não possui potencial de emissão de novas ações e, portanto, de diluição do lucro por ação.

(q) Atualizações monetárias e cambiais--Os ativos e passivos sujeitos a atualizações monetárias ou cambiais estão atualizados monetariamente até a data do balanço, de acordo com as taxas publicadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN ou pelos índices contratualmente estipulados. Os ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do período, exceto pelos ganhos e perdas cambiais sobre os investimentos em subsidiária no exterior, os quais são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica "Ajuste acumulado de conversão".

(r) Reconhecimento de receita--A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações incondicionais concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas: (i) A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos; (ii) A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos; (iii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iv) é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e (v) os custos incorridos

ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

(s) Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)--Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. É apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas das IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras.

### 2.3 – Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado, estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, determinações de provisões para imposto de renda e determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

### 2.4 – Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da controladora e de sua controlada Santanense Argentina S.A., da qual possui 100% do capital social.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo suas respectivas naturezas, complementadas com a eliminação do investimento na empresa controlada, dos lucros não realizados e dos saldos das contas entre as empresas incluídas na consolidação.

O efeito da variação cambial para os investimentos no exterior está destacado na demonstração das mutações do patrimônio líquido na rubrica “Ajuste acumulado de conversão” e apresentado como “Outros resultados abrangentes” na demonstração do resultado abrangente. As práticas contábeis da controlada sediada no exterior foram ajustadas para as mesmas práticas contábeis da controladora.

As demonstrações financeiras da empresa controlada sediada no exterior foram convertidas para Reais, com base na taxa corrente do Peso Argentino vigente em 31 de dezembro de 2011 de R\$0,4358 (R\$0,4193 em 31 de dezembro de 2010) e pela média mensal para as contas de resultado.

### 2.5 – Novas IFRS, revisões das IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro do IASB).

As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011. Entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia:

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
Melhorias nas IFRSs - 2010	Alteração de diversos pronunciamentos contábeis	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011
Alterações à IFRS 1	Isenção limitada de divulgações comparativas da IFRS 7 para adotantes iniciais	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2010
Alterações à IAS 24	Divulgações de partes relacionadas	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011
Alterações à IFRIC 14	Pagamentos antecipados de exigência mínima de financiamento	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011
Alterações à IAS 32	Classificação dos direitos de emissão	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de fevereiro de 2010
IFRIC 19	Extinção de passivos financeiros através de instrumentos patrimoniais	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2010

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional em 2011 ou obrigatória para os períodos iniciados após 1º de janeiro de 2012. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia. Considerando as atuais operações da Companhia e de sua controlada, a Administração não espera que essas novas normas, interpretações e alterações tenham um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
IFRS 9 (conforme alterada em 2010)	Instrumentos financeiros	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013
Alterações à IFRS 1	Eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2011
Alterações à IFRS 7	Divulgações - transferências de ativos financeiros	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2011
Alterações à IAS 12	Impostos diferidos - recuperação dos ativos subjacentes quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo de acordo com a IAS 40	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2012
IAS 28 (Revisado 2011) "Investimentos em Coligadas e Entidades com Controle Compartilhado"	Revisão do IAS 28 para incluir as alterações introduzidas pelos IFRSs 10, 11 e 12	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
IAS 27 (Revisado 2011), “Demonstrações Financeiras Separadas”	Requerimentos do IAS 27 relacionados às demonstrações financeiras consolidadas são substituídos pelo IFRS 10. Requerimentos para demonstrações financeiras separadas são mantidos.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 10 “Demonstrações Financeiras Consolidadas”	Substituiu o IAS 27 em relação aos requerimentos aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas e a SIC 12. O IFRS 10 determinou um único modelo de consolidação baseado em controle, independentemente da natureza do investimento.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 11 “Acordos de participação”	Eliminou o modelo de consolidação proporcional para as entidades com controle compartilhado, mantendo apenas o modelo pelo método da equivalência patrimonial. Eliminou também o conceito de “ativos com controle compartilhado”, mantendo apenas “operações com controle compartilhado” e “entidades com controle compartilhado”.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 12 “Divulgações de Participações em Outras Entidades”	Expande os requerimentos de divulgação das entidades que são ou não consolidadas na quais as entidades possuem influência.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 13 “Mensurações ao Valor Justo”	Substitui e consolida todas as orientações e requerimentos relacionados à mensuração ao valor justo contidos nos demais pronunciamentos das IFRSs em um único pronunciamento. A IFRS 13 define valor justo, orienta como determinar o valor justo e os requerimentos de divulgação relacionados à mensuração do valor justo. Entretanto, ela não introduz nenhum novo requerimento ou alteração com relação aos itens que devem ser mensurados ao valor justo, os quais permanecem nos pronunciamentos originais.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
Alterações ao IAS 19 “Benefícios aos Empregados”	Eliminação do enfoque do corredor (“corridor approach”), sendo os ganhos ou perdas atuariais reconhecidos como outros resultados abrangentes para os planos de pensão e ao resultado para os demais benefícios de longo prazo, quando incorridos, entre outras alterações.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013



<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
Alterações ao IAS 1 “Apresentação das Demonstrações Financeiras”	Introduz o requerimento de que os itens registrados em outros resultados abrangentes sejam segregados e totalizados entre itens que são e os que não são posteriormente reclassificados para lucros e perdas.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e às IFRICs. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

### 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Depósitos bancários	2.698	952	2.698	952
Depósitos no exterior	-	-	133	181
Cambiais a liquidar	2.887	3.349	2.887	3.349
	-----	-----	-----	-----
	5.585	4.301	5.718	4.482
	=====	=====	=====	=====

### 4. DUPLICATAS A RECEBER

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Clientes no mercado interno	95.164	85.443
Clientes no mercado externo	8.064	7.693
	-----	-----
	103.228	93.136
Provisão para devedores duvidosos	(10.166)	(9.586)
	-----	-----
	93.062	83.550
	=====	=====

As contas a receber de clientes são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de recebimento é de aproximadamente 82 dias (87 dias em 31 de dezembro de 2010). O saldo da provisão para devedores duvidosos é considerado pela Administração suficiente para cobrir as perdas esperadas com estes títulos.

A movimentação da provisão para devedores duvidosos consolidada é como segue:

	2011	2010
Saldo no início do período	(9.586)	(8.414)
Adições	(658)	(1.531)
Baixas	78	359
	-----	-----
Saldo no final do período	(10.166)	(9.586)
	=====	=====

A Administração da Companhia considera que o risco relativo às contas a receber de clientes é minimizado pelo fato da composição da carteira de clientes da companhia ser diluída. A Companhia possui mais de 3.300 clientes ativos em 31 de dezembro de 2011 e nenhum cliente representa 5% ou mais da receita de vendas ou das contas a receber.

A composição das contas a receber consolidadas por idade de vencimento é como segue:

	2011	2010
A vencer	86.291	76.882
Vencidas até 30 dias	2.737	4.372
Vencidas de 31 a 60 dias	414	893
Vencidas de 61 a 90 dias	351	104
Vencidas de 91 a 180 dias	2.376	319
Vencidas de 181 a 360 dias	256	240
Vencidas acima de 360 dias	10.803	10.326
	-----	-----
	103.228	93.136
	=====	=====

A Companhia não identificou necessidade de ajustar a valor presente as contas a receber.

## 5. ESTOQUES

	Controladora e Consolidado	
	2011	2010
Matérias-primas e secundários	25.882	31.704
Produtos em elaboração	19.482	17.876
Produtos acabados	13.455	5.609
Peças de reposição	15.220	12.986
	-----	-----
	74.039	68.175
	=====	=====

## 6. INVESTIMENTOS EM CONTROLADA

	Patri- mônio	Partici- pação	Resultado do	Total do investimento		Equivalência patrimonial	
	líquido	- %	período	2011	2010	2011	2010
Controladas incorporadas (*)	-	-	-	-	-	-	(58)
Santanense Argentina S.A.	257	100,00	(164)	257	409	(164)	68
				-----	-----	-----	-----
				257	409	(164)	10
				=====	=====	=====	=====

(\*) Subsidiárias integrais incorporadas em outubro de 2010.

## 7. IMOBILIZADO

	Taxa (*) %	Consolidado			
		2011		2010	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e benfeitorias	-	1.134	(7)	1.127	1.047
Edifícios	1,9	42.248	(21.787)	20.461	21.165
Instalações	5,6	37.134	(29.728)	7.406	7.696
Equipamentos	6,1	154.597	(111.851)	42.746	47.701
Usina Hidroelétrica (PCH)	6,0	12.672	(4.336)	8.336	8.986
Móveis e utensílios	8,0	2.093	(1.582)	511	486
Veículos	17,8	1.323	(435)	888	839
Computadores e periféricos	16,7	5.056	(4.641)	415	330
Obras em andamento	-	34.498	-	34.498	18.427
Adiantamento a fornecedores	-	454	-	454	2.759
Outros	-	434	-	434	507
		-----	-----	-----	-----
		291.643	(174.367)	117.276	109.943
		=====	=====	=====	=====

(\*) Taxa média ponderada anual de depreciação, excluindo os itens totalmente depreciados.

A Companhia possui apenas uma unidade geradora de caixa que contempla todos os seus ativos imobilizados e é representada basicamente por um único produto: “tecidos planos”.

Tendo em vista sua rentabilidade e geração de caixa a Companhia não encontrou indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos como imobilizado.

A movimentação dos saldos consolidados de ativos imobilizados é conforme segue:

Custo:

	2010	Adições	Baixas	Transferên- cias	Variação cambial	2011
Terrenos e benfeitorias	1.054	80	-	-	-	1.134
Edifícios	42.199	1	-	48	-	42.248
Instalações	36.240	26	-	868	-	37.134
Equipamentos	152.999	942	(127)	783	-	154.597
Usina Hidroelétrica (PCH)	12.672	-	-	-	-	12.672
Móveis e utensílios	1.995	95	-	3	-	2.093
Veículos	1.054	280	(13)	-	2	1.323
Computadores e periféricos	4.815	164	-	77	-	5.056
Obras em andamento	18.427	17.894	(64)	(1.759)	-	34.498
Adiantamento a fornecedores	2.759	(2.305)	-	-	-	454
Outros	1.091	13	(650)	(20)	-	434
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	275.305	17.190	(854)	-	2	291.643
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Depreciação acumulada:

	2010	Adições	Baixas	Variação cambial	2011
Terrenos e benfeitorias	(7)	-	-	-	(7)
Edifícios	(21.034)	(753)	-	-	(21.787)
Instalações	(28.544)	(1.184)	-	-	(29.728)
Equipamentos	(105.298)	(6.664)	111	-	(111.851)
Usina Hidroelétrica (PCH)	(3.686)	(650)	-	-	(4.336)
Móveis e utensílios	(1.509)	(73)	-	-	(1.582)
Veículos	(215)	(230)	14	(4)	(435)
Computadores e periféricos	(4.485)	(156)	-	-	(4.641)
Outros	(584)	-	584	-	-
	-----	-----	-----	-----	-----
	(165.362)	(9.710)	709	(4)	(174.367)
	=====	=====	=====	=====	=====

## 8. FORNECEDORES

	Consolidado	
	2011	2010
Fornecedores no mercado interno	19.687	25.807
Fornecedores no mercado externo	325	291
Empresas associadas	831	691
	-----	-----
	20.843	26.789
	=====	=====

As contas a pagar a fornecedores são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de pagamento é de aproximadamente 17 dias (19 dias em 31 de dezembro 2010).

## 9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Moeda	Juros - % a.a.	Vencimento	Controladora e consolidado	
				2011	2010
BNDES – capital de giro	R\$	TJLP + 3,0	2014	9.519	13.321
Banco do Brasil S.A. (conta garantida)	R\$	118,7 do CDI	2012	12.380	6.750
Banco Votorantim S.A.	R\$	11,25 (*)	2012	12.582	30.397
Banco Bradesco – Finame	R\$	4,5	2020	1.122	70
Banco do Brasil – Finame	R\$	4,5 e 5,5	2020	3.049	-
Banco Bradesco S.A. (conta garantida)	R\$	120,0 do CDI	2012	28.318	-
Total				66.970	50.538
Parcelas no passivo circulante				(57.374)	(28.461)
Parcelas no passivo não circulante				9.596	22.077
				=====	=====

Os empréstimos são garantidos por garantias bancárias e aval no montante de R\$62.799 (R\$50.468 em 31 de dezembro de 2010).

(\*) Foi firmado contrato de swap de taxa de juros com Banco Votorantim com a finalidade de troca da taxa pré-fixada de 11,25% a.a., por 97% da variação do CDI, conforme descrito na nota 15.d.5.1.

Os vencimentos dos empréstimos são como segue:

Controladora e consolidado	2012	2013	2014	2015 a 2020	Total
BNDES – capital de giro	3.815	3.803	1.901	-	9.519
Banco do Brasil S.A. (conta garantida)	12.380	-	-	-	12.380
Banco Votorantim S.A.	12.582	-	-	-	12.582
Banco Bradesco – Finame	142	140	140	700	1.122
Banco do Brasil – Finame	137	379	379	2.154	3.049
Banco Bradesco S.A. (conta garantida)	28.318	-	-	-	28.318
Total	57.374	4.322	2.420	2.854	66.970
	=====	=====	=====	=====	=====

## 10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a. Capital realizado

O capital social subscrito e realizado em 31 de dezembro de 2011 e 2010, está representado como segue:

	Nº de ações
Ordinárias	38.041.111
Preferenciais:	
PN	1.256.792
PND	1.227
	=====
	39.299.130
	=====

Não houve movimentação do número de ações subscritas e realizadas para o período entre 1º de janeiro de 2010 e 31 de dezembro de 2011.

Todas as ações são nominativas, escriturais e sem valor nominal. As ações preferenciais e preferenciais classe “D” não possuem direito de voto e gozam das seguintes vantagens: (a) prioridade no reembolso do capital na hipótese de liquidação e (b) direito a dividendos de 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

A Administração da Companhia irá propor para a Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se até 30 de abril de 2012, a capitalização de parte da reserva de lucros, sem a emissão de novas ações.

#### b. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme a legislação societária e o estatuto.

Os dividendos propostos foram calculados como segue:

	2011	2010
Lucro líquido do exercício	24.372	22.724
Reserva legal	(1.219)	(1.136)
Reserva de isenção de imposto de renda	(1.217)	(999)
	-----	-----
Lucro líquido ajustado	21.936	20.589
Dividendos propostos	5.484	5.147
Dividendos intermediários pagos no exercício	(1.774)	(1.774)
Saldo de períodos anteriores	298	370
	-----	-----
Dividendos a pagar	4.008	3.743
	=====	=====

Em 2011, os dividendos propostos totalizam R\$5.484, equivalentes à R\$0,13910 por ação ordinária e R\$0,15302 por ação preferencial e preferencial classe “D” em circulação. Os dividendos propostos serão pagos líquidos dos dividendos intermediários aprovados em reunião do conselho de administração realizada em 06 de dezembro de 2011, no montante de R\$1.774, equivalentes à R\$0,0450 por ação ordinária e R\$0,0495 por ação preferencial.

#### c. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e tem como objetivo a aplicação em futuros investimentos.

#### d. Reserva de isenção de imposto de renda

A reserva de isenção de imposto de renda foi constituída com base na parcela do lucro líquido referente redução do imposto sobre a renda para a unidade fabril localizada na região da SUDENE.

## 11. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	A receber		A pagar		Encargos financeiros	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Sant'ana Estilo Ltda.	-	18	-	-	-	-
Coteminas S.A.	-	-	-	9	37	(394)
Companhia de Tecidos Norte de minas - Coteminas	-	-	34	-	(1)	1
Oxford Com. e Partic. S.A.	12	10	-	-	-	-
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total	12	28	34	9	36	(393)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Os saldos referem-se a empréstimos com vencimentos de longo prazo, cujos encargos foram calculados de acordo com as taxas equivalentes às praticadas pelo mercado financeiro (103% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI). A Companhia paga comissão sobre aval de 1,3% a.a., para sua controladora indireta Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS. Em 2011, esse valor representa R\$474 (R\$ 406 em 2010).

Em 2011 a Companhia adquiriu produtos intermediários da empresa do grupo, Coteminas S.A., no valor de R\$39.218 (R\$16.370 em 2010). As transações são efetuadas a preços de mercado.

Os valores totais pagos e provisionados a diretores e pessoas chaves da Administração estão destacados nas demonstrações do resultado, sob a rubrica “Honorários da administração”. A Companhia não possui obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo aos diretores e pessoas-chave da Administração.

## 12. IMPOSTO DE RENDA E OUTROS IMPOSTOS

### a. Incentivos fiscais

A unidade fabril de Montes Claros - MG, está localizada na região da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, beneficiando-se de incentivos fiscais federais e estaduais.

O incentivo fiscal federal da Companhia está programado para expirar em 31 de dezembro de 2015.

Esse incentivo é calculado a partir das vendas brutas e do imposto de renda devido sobre o resultado obtido nas operações comerciais e industriais, contabilizados como redução da provisão de imposto de renda, em contrapartida ao resultado do período.

b. Conciliação da despesa de imposto de renda e de contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Resultado antes dos impostos	28.112	30.142	28.117	30.169
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	164	(10)	-	-
Outros	237	836	234	873
	-----	-----	-----	-----
Base de cálculo dos impostos sobre o lucro	28.513	30.968	28.351	31.042
Alíquota de 34%	(9.694)	(10.529)	(9.639)	(10.555)
Incentivo fiscal - SUDENE	1.217	999	1.217	999
Outras deduções	175	389	177	388
Créditos fiscais não constituídos	4.562	1.723	4.500	1.723
	-----	-----	-----	-----
Total dos impostos sobre o lucro	(3.740)	(7.418)	(3.745)	(7.445)
	=====	=====	=====	=====
Impostos sobre o lucro corrente	(5.209)	(5.521)	(5.213)	(5.548)
Impostos sobre o lucro diferido	1.469	(1.897)	1.468	(1.897)
	=====	=====	=====	=====

c. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, registrados nas demonstrações financeiras consolidadas, são provenientes de provisões temporariamente não dedutíveis e prejuízos fiscais da controladora e são compostos como segue:

	Saldos em 2010	Reconhe- cidos no resultado	Outros	Saldos em 2011
Ativo:				
Provisões dedutíveis somente quando realizadas:				
Provisões diversas	3.148	3.051	-	6.199
Prejuízo fiscal, líquido	2.451	(1.583)	-	868
Créditos fiscais de controlada no exterior	142	-	(142)	-
	-----	-----	-----	-----
Ativo não circulante	5.741	1.468	(142)	7.067
	=====	=====	=====	=====

A Administração, com base em orçamento e plano de negócios, estima que os créditos fiscais sejam realizados durante os próximos exercícios, conforme demonstrado a seguir:

Ano	Consolidado 2011
2012	1.389
A partir de 2013	5.678
	-----
	7.067
	=====



#### d. Impostos a recuperar

	Consolidado	
	2011	2010
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	21.855	16.646
PIS e COFINS a recuperar	329	104
IPI a recuperar	159	137
Imposto sobre valor agregado – IVA	91	76
Antecipação de impostos	249	300
Outros	3	175
	-----	-----
	22.686	17.438
Circulante	(1.855)	(3.014)
	-----	-----
Não circulante (*)	20.831	14.424
	=====	=====

(\*) Parcela dos créditos de ICMS cuja expectativa de realização é superior a um ano foi transferida para o ativo não circulante, inclusive para fins de comparação em 2010.

### 13. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES PARCELADOS

A Companhia aderiu ao PAES em 31 de julho de 2003, visando à quitação de impostos e contribuições federais vencidas até 28 de fevereiro de 2003.

O valor consolidado das dívidas incluídas no PAES está atualizado pela TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), sendo amortizado em parcelas mensais iguais, com vencimento até junho de 2013.

	Controladora e consolidado	
	2011	2010
PIS e COFINS	1.690	2.808
INSS	867	1.392
	-----	-----
	2.557	4.200
Circulante (*)	(1.706)	(1.681)
	-----	-----
Não circulante	851	2.519
	=====	=====

(\*) Registrado na rubrica “Obrigações fiscais e sociais”.

### 14. PROVISÕES DIVERSAS

A Companhia e sua controlada vêm discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos e reclamações trabalhistas. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis.

Os processos judiciais cuja perda foi estimada como provável são assim resumidos:

	Controladora e consolidado	
	2011	2010
Processos fiscais:		
INSS	1.833	1.833
PIS e COFINS	3.261	3.269
Contribuição social	264	264
Imposto de renda	1.075	1.075
ICMS	756	756
ICMS - Exportação	6.548	-
Trabalhistas	991	993
Cíveis e outras	38	1.070
	-----	-----
	14.766	9.260
	=====	=====
Depósitos judiciais	8.218	8.467
	=====	=====

INSS-- Discussão administrativa referente a lançamento fiscal na Companhia.

PIS e COFINS-- A Companhia é pólo ativo em demanda contra a Receita Federal questionando a inclusão de ICMS na base de cálculo da COFINS e do PIS.

Contribuição social-- Mandado de Segurança com o objetivo de garantir o direito de deduzir na base de cálculo da CSLL os encargos de depreciação e baixa de bens do ativo referente aos efeitos decorrentes da diferença existente entre a variação do IPC e a variação do BTNF, verificada no ano base 1990.

Imposto de renda-- A Companhia questiona judicialmente a limitação de 30% nas compensações de prejuízos fiscais referente ao ano calendário 1994.

ICMS-- A Companhia é pólo ativo em ação anulatória de débito fiscal que trata de glosas de créditos do ICMS em fase de benefícios unilaterais do imposto (guerra fiscal), e cujo valor foi depositado judicialmente.

ICMS – Exportação-- A Companhia recebeu em 13 de fevereiro de 2012, auto de infração lavrado pela fiscalização de Minas Gerais glosando algumas transferências de créditos de ICMS decorrentes de exportação. A Companhia está preparando sua contestação, porém provisionou o valor principal do auto de infração. As multas e encargos no valor de R\$10.560 não foram provisionados, dado que todos os créditos foram homologados pelo mesmo posto fiscal que ora emitiu o auto de infração, e por isso, os advogados da Companhia entendem serem remotas as possibilidades de pagamento desses encargos caso sejamos obrigados a pagar o imposto.

Trabalhistas-- A Companhia é pólo passivo em ações movidas por ex-funcionários e terceiros.

As movimentações do saldo das provisões diversas são apresentadas a seguir:

	Saldos em 2010	Adições	Baixas	Saldos em 2011
Processos fiscais:				
INSS	1.833	-	-	1.833
PIS e COFINS	3.269	3	(11)	3.261
Contribuição social	264	-	-	264
Imposto de renda	1.075	-	-	1.075
ICMS	756	-	-	756
ICMS – Exportação	-	6.548	-	6.548
Trabalhistas	993	249	(251)	991
Cíveis e outras	1.070	33	(1.065)	38
	-----	-----	-----	-----
	9.260	6.833	(1.327)	14.766
	=====	=====	=====	=====

## 15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais-- A Companhia e sua controlada mantêm operações com instrumentos financeiros, derivativos e não derivativos, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e descritas no quadro abaixo.

Os principais fatores de risco que a Companhia e sua controlada estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica, mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são inerentes a sua atividade e são endereçados pela Administração da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia e sua controlada utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

b) Valor justo-- O valor justo dos instrumentos financeiros anteriormente citados está demonstrado a seguir:

	Consolidado			
	2011		2010	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
ATIVOS--				
CIRCULANTE:				
Caixa e equivalentes de caixa	5.718	5.718	4.482	4.482
Duplicatas a receber	93.062	93.062	83.550	83.550
Outros créditos a receber	1.692	1.692	1.237	1.237

	Consolidado			
	2011		2010	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
PASSIVOS--				
CIRCULANTE:				
Empréstimos e financiamentos (a)	57.374	57.374	28.461	28.461
Fornecedores	20.843	20.843	26.789	26.789
Instrumentos derivativos (b)	-	-	149	149
Outras contas a pagar	4.495	4.495	4.990	4.990
NÃO CIRCULANTE:				
Exigível a longo prazo:				
Empréstimos e financiamentos (a)	9.596	9.596	22.077	22.077
Instrumentos derivativos (b)	-	-	33	33

(a) Os valores justos dos empréstimos e financiamentos aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações financeiras em função de serem indexados por taxas flutuantes de juros (TJLP e CDI), as quais acompanham as taxas de mercado.

(b) Os valores justos dos instrumentos derivativos são baseados em cotações no mercado secundário destes títulos e outras informações que são observáveis direta ou indiretamente, portanto, classificados como nível II de informação.

A Companhia estima que os valores justos dos demais instrumentos financeiros aproximam-se aos valores contábeis por possuírem vencimento de curto prazo.

c) Classificação dos instrumentos financeiros-- Com exceção dos instrumentos financeiros derivativos, todos os instrumentos financeiros listados acima são classificados como “Empréstimos e Recebíveis”, no caso de ativos, ou “Outros passivos financeiros”, no caso de passivos, avaliados inicialmente ao valor justo e atualizados pelo custo amortizado. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados como “Mensurados ao valor justo por meio do resultado” e a parcela referente ao hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade possa ser mensurada tem seus ganhos e perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial e apresentados como “Outros resultados abrangentes” na demonstração do resultado abrangente.

d) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos e não derivativos:

d.1 - Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos-- A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio, preços de commodities (algodão) e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento desses riscos é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados das empresas do grupo, advindas dessas variações.

O objetivo das operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas e diretrizes e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. A medição da eficiência e avaliação dos resultados ocorre ao longo dos contratos. O monitoramento do impacto destas transações é analisado trimestralmente pelo Comitê de Gerenciamento de Caixa e Dívida onde a marcação a mercado destas transações é discutida e validada. Todos os instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo nas demonstrações financeiras da Companhia.

d.2 - Política de uso de derivativos-- Conforme política interna, o resultado da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteger eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo tem como objetivo a redução da exposição aos riscos de mercado da Companhia.

d.3 - Risco de taxa de câmbio-- Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia e sua controlada virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

d.3.1 - Riscos de taxa de câmbio nos investimentos no exterior:

A Companhia possui investimentos no exterior que aumentam sua exposição cambial, a saber:

Total dos investimentos no exterior	2011	2010
Em Reais	257	409
	-----	-----
Em milhares de \$ARG (Peso Argentino)	590	974
Em milhares de Dólares equivalentes	137	245
	=====	=====

d.3.2 - Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros não derivativos na Companhia:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros não derivativos sujeitos à exposição cambial da Companhia são como segue:

Instrumentos financeiros	2011	2010
Caixa e equivalentes de caixa	2.887	3.349
Duplicatas a receber	8.064	7.693
Fornecedores	(312)	(92)
	-----	-----
Total da exposição em Reais	10.639	10.950
	-----	-----
Total da exposição em milhares de Dólares equivalentes	5.672	6.572
	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos acima, considerando os fluxos de recebimentos e pagamentos em Dólares norte americanos já contratados em 31 de dezembro de 2011 são como segue:

Vencimento	Risco	Valor da exposição US\$ mil	Cenários		
			Provável	II	III
2012	Baixa do Dólar	5.672	43	(2.627)	(5.298)
		=====	=====	=====	=====

Valores entre parênteses (negativos) demonstrados nos cenários acima, referem-se à variação cambial passiva, portanto despesa. Os valores positivos referem-se à receita.

Cenário “Provável” representa o resultado da variação cambial provável considerando-se o fluxo de caixa dos ativos e passivos acima detalhados, aplicando-lhes as taxas futuras de Dólares e comparando com a taxa do Dólar no final do período atual. Para os cenários II e III, foi considerada uma deterioração das taxas futuras de Dólares em 25% e 50% respectivamente.

As taxas futuras de Dólares foram obtidas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

d.4 - Risco de preços de commodities (algodão)-- Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações no preço do algodão, sua principal matéria-prima. O aumento do preço do algodão, de forma significativa pode acarretar aumento no custo de seu produto em prazo e montantes que a Companhia não consiga repassar ao mercado consumidor, reduzindo suas margens.

d.5 - Risco de taxa de juros-- O caixa e equivalentes de caixa rendem aproximadamente o equivalente às taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI. Os passivos (exceto o descrito em d.5.1 abaixo) sobre os quais incidem juros equivalentes à TJLP e CDI estão demonstrados nas notas explicativas nºs 9 e 11. Considerando-se os fluxos de caixa desses passivos e as taxas contratadas, a Administração da Companhia considera não relevante o efeito da exposição às variações de mercado nas taxas de juros contratadas. Portanto, não está apresentando a análise de sensibilidade.

d.5.1 - Riscos de taxa de taxa de juros no financiamento junto ao Banco Votorantim:

As principais informações sobre os instrumentos derivativos estão assim demonstradas:

Descrição	2011			2010		
	Valor de referência (nacional)	Valor justo	Saldo contábil (a pagar)	Valor de referência (nacional)	Valor justo	Saldo contábil (a pagar)
Contrato de Swap -- Posição passiva: 97% do CDI Posição ativa: 11,25% pré Contraparte: Banco Votorantim S.A. Outras informações: 12 vencimentos mensais a partir de junho/2011 até maio/2012	12.500	-	-	30.000	(182)	(182)
	12.500	-	-	30.000	(182)	(182)

Contrato de swap de taxa de juros-- Foi designado e registrado pelo seu valor justo como hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade se baseia no fluxo de caixa do financiamento obtido junto ao Banco Votorantim S.A., cujas datas de vencimento dos contratos vão até maio de 2012. Tem seus ganhos e perdas não realizados registrados no patrimônio líquido, na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial” e quando realizados ou caso sua efetividade não for confirmada, são reconhecidos no resultado. Os valores provisionados correspondem ao valor justo desse derivativo e foram calculados a partir dos dados obtidos na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros como a taxa de juros futura nas datas de vencimento e algoritmos próprios, e comparados com as informações obtidas diretamente da instituição financeira contraparte que avalia esses instrumentos financeiros.

O derivativo é negociado em mercado de balcão, registrado na CETIP e não está sujeito a depósito de margem. Em 2011 e 2010, não houve resultado com derivativos.

A análise de sensibilidade dos instrumentos derivativos em 31 de dezembro de 2011 está assim resumida:

Vencimento	Risco	Principal	Cenários		
			Provável	II	III
2012	Alta do CDI	12.500	-	(45)	(109)
	Alta do CDI	12.500	-	(45)	(109)
		=====	=====	=====	=====

Valores entre parênteses (negativos) demonstrados nos cenários acima, referem-se à despesa de juros. Os valores positivos referem-se à receita.

Cenário “Provável” representa o resultado da evolução da taxa de juros dos Certificados de Depósitos Bancários provável, a valor presente, considerando-se os vencimentos dos contratos dos derivativos acima detalhados, contrapondo-os com a taxa fixa de 11,25% a.a.. Para os cenários II e III, foi considerada uma majoração das taxas futuras do “CDI” em 25% e 50% respectivamente.

As taxas de juros futuras do “CDI” foram obtidas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

**d.6 - Risco de crédito**-- A Companhia está sujeita a risco de crédito com respeito às suas aplicações financeiras e derivativos. Esse risco é mitigado pela política de aplicar os recursos disponíveis somente em instituições financeiras de grande porte.

O risco de crédito em duplicatas a receber é reduzido devido à seletividade dos clientes e a política de concessão de créditos. A Companhia possui um sistema de gestão de crédito baseado na combinação das informações oriundas de diversos departamentos da empresa, principalmente as áreas comercial, financeira, contábil, jurídica e fontes externas que abastecem o departamento de crédito e cobrança visando à estipulação de limites de crédito para os seus clientes que são aprovados por órgão colegiado.

**d.7 – Gestão de liquidez**-- Os valores dos ativos e passivos financeiros consolidados da Companhia, de acordo com os vencimentos de seus fluxos de caixa, com base na data mais próxima de liquidação dos mesmos, e utilizando as taxas de juros nominais contratadas, podem ser resumidos como segue:

Obrigações contratuais	Total	Prazo de liquidação previsto			
		Menos de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	69.590	58.509	7.473	1.346	2.262
Fornecedores	20.980	20.980	-	-	-
	90.570	79.489	7.473	1.346	2.262
	=====	=====	=====	=====	=====

d.8 – Gestão de capital-- A Companhia administra sua estrutura de capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais e ao mesmo tempo maximizar o retorno aos seus acionistas. A estratégia da Companhia permaneceu inalterada no período coberto por estas demonstrações financeiras.

A dívida líquida da Companhia pode ser assim composta:

	Consolidado	
	2011	2010
Empréstimos e financiamentos	66.970	50.538
Instrumentos derivativos	-	182
Caixa e equivalentes de caixa	(5.718)	(4.482)
	-----	-----
Total da dívida líquida	61.252	46.238
	-----	-----
Total do patrimônio líquido	221.202	201.972
	-----	-----
Total da dívida líquida e patrimônio líquido	282.454	248.210
	=====	=====

## 16. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, com o objetivo de como alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. Tendo em vista que as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas em base consolidada, a Companhia e sua controlada concluíram que possuem somente um segmento operacional.

A Companhia possui três fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem e acabamento de tecidos planos (brins) utilizados principalmente para o vestuário. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos.

A Administração da Companhia também gerencia seus negócios por região geográfica. As regiões de negócios destacadas são: Brasil e Outros países (Argentina e EUA, principalmente).

Abaixo a Companhia apresenta as informações por região geográfica:

	2011	2010
Vendas líquidas:		
Brasil	346.969	292.589
Outros países	23.406	23.755
	-----	-----
	370.375	316.344
	=====	=====



A Companhia possui mais de 3.300 clientes ativos em 2011 e nenhum cliente representou 5% ou mais da receita de vendas ou das contas a receber.

## 17. DESPESA POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. A seguir apresenta as despesas por natureza e a sua classificação por função.

Por natureza:

	Consolidado	
	2011	2010
Custo das matérias primas, materiais e serviços adquiridos de terceiros	(272.495)	(209.384)
Benefícios a empregados	(50.768)	(45.482)
INSS	(10.708)	(9.823)
Depreciação e amortização	(9.710)	(8.821)
Variação dos estoques de produtos acabados e em processo	9.450	(3.736)
Outros custos e despesas	(580)	(2.339)
	-----	-----
	(334.811)	(279.585)
	=====	=====

Por função:

	Consolidado	
	2011	2010
Custo dos produtos vendidos	(285.470)	(234.883)
Vendas	(29.581)	(26.568)
Gerais e administrativas	(17.801)	(16.663)
Honorários da administração	(1.959)	(1.471)
	-----	-----
	(334.811)	(279.585)
	=====	=====

## 18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração de resultado do período:

	Consolidado	
	2011	2010
RECEITA OPERACIONAL:		
Vendas brutas	459.600	392.362
Deduções das vendas	(89.225)	(76.018)
	-----	-----
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	370.375	316.344
	=====	=====

## 19. LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

O cálculo do lucro básico por ação foi calculado como segue:

	Controladora e consolidado	
	2011	2010
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	24.372	22.724
Resultado atribuído à:		
Ações ordinárias	23.517	21.927
Ações preferenciais	855	797
Número médio ponderado de ações:		
Ordinárias	38.041.111	38.041.111
Preferenciais	1.258.019	1.258.019
	-----	-----
	39.299.130	39.299.130
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO:		
Ações ordinárias – R\$	0,6182	0,5764
Ações preferenciais – R\$	0,6800	0,6340
	=====	=====

A Companhia não possui ações com potencial efeito dilutivo. Portanto, o lucro básico por ação é igual ao lucro diluído por ação.

\* \* \* \* \*